

REFLEXÕES SOBRE PATRIARCADO E FEMINISMO NO CONTEXTO DA DITADURA NO BRASIL

Kauane Aparecida Merênci Brito¹

RESUMO

Este artigo analisa o papel de mulheres durante o regime militar no Brasil, com ênfase em sua resistência à censura e à repressão imposta pela ditadura. O objetivo principal é destacar a atuação das mulheres na luta pela democracia e pelos direitos humanos, frequentemente marginalizada nas narrativas históricas tradicionais. A pesquisa adota uma abordagem metodológica de revisão bibliográfica, examinando livros, artigos, depoimentos e documentos produzidos por organizações feministas e outros grupos de resistência durante o período. O levantamento de fontes permite compreender a diversidade de estratégias e formas de atuação das mulheres, que incluíam desde a militância política direta até a organização de movimentos sociais de caráter mais clandestino ou pacífico. O artigo espera revelar, por meio dessa análise, a importância dessas ações para a construção de uma memória coletiva sobre o período da ditadura, além de ressaltar como as mulheres contribuíram para o fortalecimento da luta pelos direitos civis e a democratização do Brasil. A pesquisa visa, ainda, desmitificar a ideia de que a resistência feminina foi marginal ou secundária, mostrando que, na verdade, as mulheres desempenharam um papel essencial no enfrentamento do autoritarismo, tanto no plano político quanto no simbólico. A conclusão do estudo aponta que as mulheres foram protagonistas na resistência à ditadura militar, desafiando a censura imposta pelo regime e promovendo a conscientização sobre as violações de direitos humanos. O artigo também sublinha a importância de se resgatar e valorizar essa memória, para que o papel das mulheres na luta pela liberdade e democracia seja reconhecido e integrado à história oficial do Brasil.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; política; feminismo; movimento de mulheres; relações patriarcais.

Abstract: This article analyzes the role of women during the military regime in Brazil, with an emphasis on their resistance to censorship and repression imposed by the dictatorship. The main objective is to highlight the contributions of women in the struggle for democracy and human rights, often marginalized in traditional historical narratives. The research adopts a methodological approach of literature review, examining books, articles, testimonies, and documents produced by feminist organizations and other resistance groups during the period. The analysis of sources allows for an understanding of the diversity of strategies and forms of action undertaken by women, ranging from direct political activism to the organization of social movements with a more clandestine or peaceful nature. Through this analysis, the article seeks to reveal the significance of these actions in constructing a collective memory of the dictatorship era, as well as to emphasize how women contributed to the strengthening of the fight for civil rights and the democratization of Brazil. Furthermore, the research aims to demystify the notion that women's resistance was marginal or secondary, demonstrating that, in fact, women played an essential role in confronting authoritarianism, both politically and symbolically. The study concludes that women were protagonists in resisting the military dictatorship, challenging the censorship imposed by the regime and raising awareness about human rights violations. The article also underscores the importance of recovering and valuing this memory so that the role of women in the fight for freedom and democracy is recognized and integrated into the official history of Brazil.

Keywords: Civil-military dictatorship; Politics; Feminism; Women's movement; Patriarchal relations

¹ Acadêmica do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Nova Andradina.

INTRODUÇÃO

Durante a ditadura civil militar no Brasil, que se estendeu de 1964 a 1985, as mulheres desempenharam papéis fundamentais em movimentos de resistência contra as severas perdas de direitos e as inúmeras violências perpetradas pelo Estado. Essas mulheres se organizaram em partidos políticos e movimentos sociais, atuando ativamente nas ruas e mobilizando as massas em defesa da democracia e dos direitos humanos.

No entanto, é importante notar que também houve mulheres que, em um contexto de grande agitação política, saíram às ruas para apoiar a deposição do presidente João Goulart, que governou de setembro de 1961 até março de 1964. Essas mulheres pertenciam, em sua maioria, à classe média e apresentavam um perfil conservador, motivadas pelo medo instigado pela grande imprensa e por instituições que propagavam a narrativa do “perigo comunista”. Elas, muitas vezes, se uniram a setores do clero e das elites rurais e urbanas, formando um bloco que foi estratégico na articulação e legitimação do golpe militar que resultou na instalação do regime autoritário.

Esse contraste revela as complexidades da participação feminina na política brasileira durante esse período conturbado, evidenciando como diferentes grupos de mulheres puderam ter visões divergentes sobre o que consideravam ser a defesa da nação e a proteção dos valores familiares e sociais. Enquanto algumas lutavam contra a repressão e a tirania, outras viam no golpe uma oportunidade de restabelecer uma ordem que acreditavam ter sido ameaçada.

Durante a ditadura civil-militar no Brasil, havia uma estratégia discursiva que generalizava o rótulo de “comunista” para intensificar a percepção de ameaça em relação a determinadas mudanças sociais que incomodavam a opinião conservadora. Esse contexto histórico se entrelaça com a evolução do movimento feminista e suas diversas expressões na sociedade brasileira, que geraram reflexões críticas e desenvolveram suas próprias teorias.

É importante reconhecer que existem várias concepções de feminismos, cada uma com vertentes teóricas que orientam as ações das feministas. Entre elas estão o feminismo liberal, a teoria queer, as abordagens estruturalistas, pós-coloniais, pós-modernas, o feminismo marxista, o feminismo negro, o feminismo comunitário e o eco feminismo, entre outros. Para aprofundar-se nesse tema, recomendo a leitura de “O

Feminismo é para Todo Mundo”, de bell hooks (2018). Essa obra oferece uma visão acessível sobre as diversas vertentes do feminismo e as complexidades das lutas por igualdade, ajudando a contextualizar as diferentes perspectivas mencionadas. Além disso, é fundamental considerar que nem todas as organizações que atuam em prol dos direitos das mulheres se identificam como parte do movimento feminista. Essa diversidade reflete a riqueza e a complexidade das lutas das mulheres ao longo da história, evidenciando diferentes perspectivas e estratégias na busca por igualdade e justiça social.

Este artigo fundamenta-se no marxismo feminista, que se destaca pela sua preocupação em promover um debate teórico que resgate e desenvolva categorias voltadas para a “[...] compreensão crítica da subordinação histórica e das desigualdades que afetam a vida das mulheres, além de se instrumentalizar para intervir politicamente na reversão dessa condição” (Cisne, 2012, p. 59).

Feminismo e as lutas das mulheres contra repressão

No Brasil, a primeira autora a sistematizar os estudos de gênero foi Saffioti, com sua obra *A Mulher na Sociedade de Classes*, publicada em 1969, na qual analisou as condições de vida e trabalho das operárias têxteis em São Paulo. Na Europa, também ocorreu o “maio de 68”, quando estudantes ocuparam a Sorbonne, desafiando a ordem acadêmica estabelecida por séculos em Paris.

Durante aquela década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista ganhou força, permitindo que as mulheres falassem abertamente sobre as relações de poder entre os gêneros. O feminismo se configurou como um movimento libertário, que não buscava apenas espaço para as mulheres — no trabalho, na vida pública e na educação —, mas que lutava por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, garantindo que as mulheres tivessem liberdade e autonomia para decidir sobre suas vidas e seus corpos. O movimento destacou uma forma de dominação além da clássica dominação de classe: a dominação masculina sobre as mulheres, ressaltando que essas duas formas de opressão são distintas e possuem características próprias.

No Brasil, a década de 1960 teve uma dinâmica diferente em relação ao resto do mundo. Nos primeiros anos da década, o país vivenciou grande efervescência política. Em 1963, o cenário se radicalizou, com a esquerda partidária, os estudantes e o governo de um lado, e os militares, o governo norte-americano e uma classe média assustada do outro. Em 1964, ocorreu o golpe militar, que começou de forma relativamente moderada, mas que se tornaria uma ditadura rigorosa no emblemático ano de 1968, com a

promulgação do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), que transformou o Presidente da República em um ditador (Pinto, 2003, p. 16)

O movimento feminista é entendido como uma prática social que combina teoria e ação política, buscando transformar realidades marcadas pela dominação patriarcal, racista e capitalista. Sua agenda defende a igualdade e a liberdade para as mulheres, visando à emancipação humana. Isso significa romper com a divisão que vê o espaço público como um privilégio masculino, enquanto as mulheres são relegadas à esfera privada.

A segunda onda do feminismo, que se desenvolveu entre os anos 1960 e 1980, corresponde a um momento mundial turbulento, coincidente com o envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. Esse movimento é marcado pelo slogan “O pessoal é político”, refletindo lutas direcionadas ao combate às estruturas sexistas de poder (Pinto, 2003).

Na sociedade patriarcal, as mulheres têm um papel fundamental na reprodução social, sendo frequentemente vistas como as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, que organiza o cotidiano. Em contrapartida, os homens são considerados a “mola mestra do processo produtivo” e, portanto, os “provedores” econômicos da família (Alves; Viana, 2008, p. 18). A divisão sexual do trabalho se desenvolveu ao longo da história como um processo gradual de apropriação dos instrumentos de trabalho pelos homens, seguido pela apropriação da propriedade e das riquezas. Embora esse processo tenha raízes anteriores ao capitalismo, foi nesse contexto que a divisão se consolidou e a dominação patriarcal se fortaleceu.

A divisão sexual do trabalho, embora tenha sido historicamente moldada por dinâmicas sociais específicas, foi ideologicamente consolidada como um fenômeno “natural” e imutável, o que não corresponde à realidade. A segmentação entre trabalho produtivo e reprodutivo se consolidou com a ascensão do sistema capitalista. Observa-se que a configuração contemporânea da divisão sexual do trabalho emergiu concomitantemente ao desenvolvimento do capitalismo, sendo que a relação do trabalho assalariado no contexto capitalista não poderia existir sem a realização do trabalho doméstico. Embora existam formas anteriores de divisão do trabalho entre os sexos, essas divisões estavam fundadas em relações distintas entre produção e reprodução. No âmbito capitalista, a força de trabalho é tratada como uma mercadoria, e o espaço doméstico deixa de ser uma unidade produtiva, transformando-se em uma unidade familiar (Ávila, 2015, p. 19).

A divisão de trabalho entre homens e mulheres no contexto da formação capitalista gera múltiplas formas de exploração e subordinação do trabalho doméstico, frequentemente desconsiderado enquanto trabalho propriamente dito. Essa dinâmica está intrinsecamente ligada ao domínio patriarcal. No âmbito das teorias feministas materialistas, argumenta-se que uma das bases do modo de produção capitalista reside na exploração do trabalho feminino. Tal processo se manifesta tanto na esfera produtiva, onde as mulheres ocupam funções de menor prestígio e com salários inferiores, quanto na esfera reprodutiva, que se materializa na organização familiar por meio do trabalho doméstico, das tarefas de cuidado e de outras atividades não remuneradas (Cisne, 2012). Essa divisão sexual do trabalho é crucial para compreender a organização das hierarquias sociais, nas quais a predominância masculina sobre as mulheres se expressa nas formas de exploração, opressão e exercício de autoridade.

Assim, geram-se relações de subordinação das mulheres baseadas em uma moral sexual, na tolerância à violência dirigida a elas em razão de sua condição de gênero, e em restrições legais e ideológicas que limitam sua autonomia reprodutiva. Pateman (1993) distingue três momentos principais na análise do patriarcado. O segundo, no século XVII, caracteriza-se pela forma clássica do patriarcado, na qual todas as relações de poder estão integradas ao regime patriarcal, justificando o absolutismo sob a premissa de que “os reis eram pais e os pais eram reis.” Com o avanço das teorias modernas, entre 1861 e o século XX, a concepção de autoridade paterna se expande, incluindo a teoria do direito e da obediência, e manifesta-se de maneira fraternal, contratual e estrutural” nas relações da sociedade civil capitalista (Pateman, 1993, p. 44–45).

O terceiro momento do debate sobre o patriarcado emerge com a organização do movimento feminista, uma trajetória que perdura até os dias atuais. O patriarcado se manifesta distintamente em diversas sociedades, mas na sociedade capitalista e racista adquire uma complexidade particular, uma vez que diferentes concepções ideológicas, culturais e políticas se entrelaçam. Esse fenômeno não se limita ao espaço doméstico, mas também se estende ao campo do trabalho, da política e a outros âmbitos públicos. Dessa forma, as mulheres enfrentam relações de opressão e violência que ultrapassam os limites do lar, afetando também contextos urbanos e rurais.

Durante as violências estatais, como as ditaduras militares na América Latina entre as décadas de 1960 e 1980, as mulheres foram diretamente atingidas pela brutalidade das torturas, as quais se expressaram em estupros e outras formas de violência sexual. Relatos de estudantes presas durante a repressão à reunião da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna (SP), em 1968, indicam que as forças policiais faziam alusão ao uso de pílulas anticoncepcionais apreendidas, sugerindo que havia outras justificativas para a presença delas no evento, conforme indicado no estudo de Ventura (1988, p. 35).

A polícia acreditava que a exibição de pílulas apreendidas demonstraria à opinião pública que as mulheres estavam no evento com intenções que iam além da discussão de questões estudantis. Assim, discursos de militares e agentes do governo misturavam aspectos morais e políticos para deslegitimar os argumentos da oposição à ditadura. Nesses casos, a violência estatal contra as mulheres se legitimava não apenas por meio de uma suposta política de segurança nacional, mas também através da violência patriarcal.

No que diz respeito à especificidade do patriarcado, Saffioti (1992) critica a abordagem weberiana, que considera o patriarcado apenas como uma forma de dominação centrada na família. Para Saffioti, a dominação e exploração do sistema patriarcal se manifestam tanto no espaço familiar quanto na esfera política, sendo um elemento intrínseco às relações sociais. Ela argumenta que “nem sequer a presença do patriarca é imprescindível para mover a máquina do patriarcado. A legitimidade atribui sua naturalização” (Saffioti, 2004, p. 101), o que significa que até mesmo mulheres podem ativar essa dinâmica.

Em síntese, Saffioti identifica quatro características essenciais do sistema patriarcal: 1. Não se restringe a uma relação privada, mas se manifesta também na esfera civil; 2. Tem uma base material que sustenta suas práticas; 3. Se corporifica em diversas instituições e estruturas sociais; e 4. Representa uma estrutura de poder que se fundamenta tanto na ideologia quanto na violência.

Camurça (2007) reforça as ideias de Saffioti (2004) ao destacar os mecanismos que sustentam o sistema de dominação patriarcal, o qual se reinventa e se perpetua por meio de diversas práticas. Entre essas práticas, destaca-se a violência sistemática para submeter as mulheres; o controle sobre seus corpos, sexualidade e capacidade reprodutiva; a manutenção da dependência econômica feminina; e a limitação da participação política das mulheres (Camurça, 2007, p. 20).

A violência contra as mulheres, uma das práticas mais antigas e profundamente enraizadas no patriarcado, se manifesta como uma ameaça constante às suas vidas, particularmente quando as mulheres desafiam os padrões estabelecidos de comportamento feminino. Essa violência ocorre tanto em esferas públicas quanto privadas, configurando-se como uma relação de opressão, exploração e dominação que afeta todas as mulheres. No entanto, no contexto brasileiro, essa violência tem como alvo predominante as mulheres negras e pobres.

Dados sobre feminicídio no Brasil, obtidos pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2020), revelam uma realidade alarmante: entre as mulheres vítimas de homicídios no período de 2001 a 2011, 61% eram negras. Além disso, a violência letal contra as mulheres se concentra de forma particularmente pronunciada nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, com 87%, 83% e 68% dos casos, respectivamente. Esses dados não apenas evidenciam a gravidade do fenômeno, mas também ilustram como a interseccionalidade entre raça e classe social intensifica os riscos enfrentados por mulheres em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

O segundo mecanismo identificado por Camurça (2007) refere-se à dominação sobre o corpo das mulheres, que se torna evidente em contextos de ditadura e regimes autoritários, onde o tratamento das mulheres nas prisões revela a violência psicológica e sexual como expressões de poder e controle político. Outro mecanismo destacado pela autora é a manutenção da dependência econômica das mulheres, que enfrentam condições desiguais no mercado de trabalho, além de outros fatores impostos pelo patriarcado como a não possibilidade de seguir carreira ou manter um trabalho formal para cumprir com a exigência de trabalhar na casa e no cuidado com os filhos. Essa desigualdade dificulta seu acesso a oportunidades e autonomia financeira.

Por fim, camurça (2007) ressalta a restrição da participação das mulheres na esfera político-institucional, incluindo partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais, onde elas estão sempre em menor número e, geralmente, afastadas dos cargos de comando e liderança. Esse cenário foi particularmente evidente durante a ditadura civil-militar, quando a presença feminina nas esferas de poder foi ainda mais limitada.

O feminismo pode ser compreendido como uma ação política das mulheres que visa transformar suas condições sociais e históricas, buscando, como afirma

Soares (2004), transformar a si mesmas e ao mundo”. O movimento feminista, em suas formas organizadas e sistemáticas, tem suas raízes no contexto da Revolução Francesa de 1789, um evento que, além de propagar os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, destacou o papel ativo das mulheres nas lutas políticas e sociais da época. Durante esse período, as mulheres se insurgiram contra a ordem vigente, questionando as instituições de poder, como a Igreja e a monarquia, e reivindicando, pela primeira vez de forma ampla, direitos políticos, o que incluiu o direito ao voto e à participação plena na vida pública.

Esse momento histórico foi determinante para o início de uma era de mobilizações no qual as mulheres começaram a se articular em torno de demandas específicas, como o acesso ao trabalho, a educação formal e a representatividade política, que anteriormente lhes eram negados. Esse processo de luta foi também visível na Comuna de Paris (1871), um evento que, conforme Gurgel (2011), representou o “compromisso de classe com a luta socialista”, onde as mulheres não apenas se envolveram nas ações revolucionárias, mas também se organizaram de forma autônoma para reivindicar a ampliação de seus direitos sociais, econômicos e políticos.

Em suma, ao expressarem suas reivindicações por direitos civis e políticos, as mulheres do movimento feminista buscavam transformar as estruturas de poder que as oprimiam, vislumbrando um mundo nos quais a igualdade de direitos e liberdade fossem conquistadas para todas as pessoas, independentemente de gênero, classe ou etnia. A luta por igualdade e liberdade para todos e todas foi, e continua sendo, um dos pilares centrais da agenda feminista.

A partir desse momento, em diversas conjunturas, o feminismo se faz presente na cena pública, levantando bandeiras e adotando estratégias para questionar e superar as bases da exploração e dominação que caracterizam a experiência das mulheres ao longo da história patriarcal. O feminismo revisitou questões que não se limitavam aos interesses das mulheres, mas que também confrontavam diretamente os mecanismos de exploração do capital” (Gurgel, 2011, p. 126).

A partir da segunda metade do século XIX, surge o “movimento sufragista”, conhecido como a “primeira onda” do feminismo, quando as mulheres, inicialmente na Inglaterra, se organizaram para lutar por seus direitos, sendo o direito ao voto o primeiro a ganhar destaque (Pinto, 2003, p. 16). Essa luta sufragista, que se espalhou

por diversos países, enfrentou muitos desafios e continua sendo essencial para alcançar a paridade nas instituições políticas, ressaltando a importância da decisão política coletiva.

No Brasil, apesar de o direito ao voto ter sido conquistado em 1932, a participação das mulheres na política ainda é limitada. O modelo patriarcal perpetua a visão de que as mulheres são, acima de tudo, cuidadoras da família, não as reconhecendo como sujeitos políticos plenos. Um exemplo dessa limitação é que apenas 9% dos parlamentares são mulheres (Faria; Nobre, 2014).

Assim, a história do feminismo se desenvolveu com avanços e desafios, entrelaçando-se à construção de um projeto coletivo que confrontava a desigualdade capitalista. Mulheres anarquistas e comunistas, por exemplo, impulsionaram “a luta contra a jornada intensa e extensa de trabalho, a desigualdade salarial e a exploração capitalista de maneira geral” (Cisne, 2012, p. 134).

A participação política das mulheres na ditadura brasileira de 1964–1985

A participação política das mulheres brasileiras nas décadas de 1960 e 1970 foi marcada por nuances distintas. Enquanto algumas mulheres apoiaram a ditadura civil-militar, outras se opuseram ao regime repressivo, que buscava aprofundar a exploração do trabalho em favor do grande capital. Essa resistência, no entanto, não surgiu de um viés explicitamente feminista; as mulheres se tornaram militantes das organizações de esquerda mais por convicção política do que pela sua condição de gênero.

[...] poucas mulheres ocupavam cargos de liderança nas organizações de esquerda. Outro aspecto relevante é que a condição feminina não era considerada nas discussões políticas ou teóricas dessas organizações. Somente após a reorganização da esquerda brasileira, no final da década de 1970, a questão da mulher começou a ser debatida. (Colling, 1997, p. 67).

Nesse contexto, surgiu um movimento de mulheres de massa, com forte enraizamento popular, caracterizado por Sarti (1998) como uma “trajetória particular do feminismo”. Assim, o movimento de mulheres no Brasil, nesse período, se formou a partir de duas vertentes principais que se entrelaçam: militantes feministas ligadas ou originárias das organizações e partidos de esquerda, e mulheres organizadas em movimentos populares, comunidades eclesiais de base, clubes de mães, e em lutas por saúde e creches. Essas vertentes englobam uma diversidade de inserções, níveis

de organização, áreas de foco e reivindicações, refletindo diferentes visões sobre o que é, ou deveria ser, o movimento de mulheres.

Com o tempo, algumas mulheres ligadas às organizações e partidos de esquerda começaram a se engajar politicamente nas lutas pelos direitos das mulheres, conferindo à sua atuação um caráter próprio. Elas influenciaram sendo influenciadas pelas demandas das camadas populares, buscando garantir direitos específicos para as mulheres. Durante a ditadura civil-militar, esse movimento foi considerado, por alguns segmentos da esquerda, um desvio pequeno-burguês. Como observa Ventura (1988, p. 36): “Eram tempos difíceis aqueles da ditadura militar. Especialmente para as mulheres, que precisavam lutar contra o inimigo externo os militares e contra o interno as organizações de esquerda, que encaravam aquele movimento com impaciência.”

De fato, as bandeiras consideradas “específicas das mulheres” como o combate à violência de gênero, a demanda por creches e a participação feminina nas organizações eram vistas como uma ameaça à luta central, que, na visão dos dirigentes de partidos e organizações, era exclusivamente contra a ditadura civil-militar. Pateman (1993) destaca que a igualdade entre homens e mulheres deve ser reconhecida como uma expressão da liberdade feminina, sem que isso signifique igualá-las aos homens. No entanto, as militantes de esquerda se envolveram na resistência à ditadura negando sua condição de mulheres, enquanto as organizações, predominantemente masculinas, “impunham” a necessidade de que as mulheres se apresentassem como militantes, desconsiderando as questões de gênero na luta política mais ampla.

Muitas barreiras começaram a ser rompidas na metade da década de 1970, marcando uma reviravolta no movimento feminista e colocando a relação entre homens e mulheres no centro das discussões. A produção teórica sobre a condição feminina ganhou destaque nesse período. Em 1971, durante a vigência do AI-5, a feminista Betty Friedan foi convidada para o lançamento de seu livro “A Mística Feminina”. Betty e um grupo de feministas americanas haviam chocado o mundo ao queimarem sutiãs em praça pública, simbolizando a busca pela liberdade feminina (Colling, 1997).

Assim, os debates feministas se desenrolaram junto às lutas pela anistia e pelas liberdades democráticas, todos símbolos de oposição à ditadura civil-militar. Essas discussões incluíam questões específicas, como violência doméstica,

condições de trabalho das mulheres, direitos reprodutivos, aborto, sexualidade, e demandas por creches e outros direitos sociais. Antes tímidos, esses debates tornaram-se mais explícitos, especialmente em veículos de caráter militante, como os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Essa imprensa feminista alternativa, que surgiu em São Paulo na metade da década de 1970, “[...] tornou-se um espaço de expressão de uma linha política intimamente ligada ao despertar das mulheres para as ideias feministas do período posterior à luta armada contra a ditadura no Brasil” (Leite, 2003, p. 78).

O movimento feminista brasileiro se consolidou na década de 1970, no contexto da luta contra a ditadura civil-militar (1964–1985), e se alinou ao feminismo latino-americano. Esse período foi marcado por uma crise econômica, com aumento do desemprego, arrocho salarial e cortes em gastos sociais, além de uma crescente mobilização em torno das liberdades civis e da igualdade de direitos. As mulheres se destacaram tanto na resistência política ao regime quanto na luta por questões de gênero, como o direito ao divórcio, desafiando os padrões patriarcais e as imposições da época.

Embora o movimento feminista tenha se fortalecido no Brasil durante os anos de 1970 e 1980, sua influência cresceu ainda mais durante o processo de redemocratização do país. A história da participação das mulheres na política e na sociedade nesse período, como já mencionado, nem sempre foi marcada por um viés explicitamente feminista, embora tenha representado uma novidade. Era uma época em que o movimento operário se organizava para se tornar o “ator mais importante neste cenário” (Souza-Lobo, 1991, p. 269).

No final da década de 1970, diversos setores sociais liderados por mulheres se uniram na campanha contra a intensificação das torturas e as medidas ditatoriais. Muitas delas desempenharam um papel fundamental na luta pela anistia política e, nos anos 1980, colaboraram na campanha pelas “Diretas-Já”.

Assim, as mulheres tiveram um papel crucial no combate ao regime militar no Brasil. Elas saíram às ruas, muitas vezes em passeatas exclusivamente femininas, esconderam armas, participaram da luta armada, abrigaram militantes, traduziram jornais comunistas estrangeiros e organizaram sequestros. Além disso, romperam com os estereótipos de gênero em relação à vida pública e privada (Carvalho, 1992).

Enquanto as mulheres no Brasil organizavam as primeiras manifestações, aquelas que estavam exiladas, especialmente em Paris, começaram a entrar em

contato com o feminismo europeu. Elas se reuniam e se familiarizavam com os debates que estavam em voga nesse contexto. Esse processo ocorreu apesar da forte oposição de muitos homens exilados, que, na sua maioria, eram seus companheiros e viam o feminismo como um “desvio” da luta pela derrubada da ditadura e pela construção do socialismo.

Um exemplo significativo dessa organização foi o Círculo de Mulheres Brasileiras, formado em abril de 1976 por 20 militantes sob a influência do feminismo francês. Esse círculo cresceu e chegou a contar com cerca de 100 mulheres. Através desse espaço, as participantes puderam discutir e articular questões feministas, desafiando tanto a opressão do regime militar quanto os preconceitos dentro de suas próprias comunidades de exílio (Goldenberg, 1997).

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós, mulheres organizadas autonomamente, podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir ou diferenciar nossas lutas das que homens e mulheres travam conjuntamente pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista. (Pinto, 2003, p. 54).

Essa declaração reflete a análise do pensamento político de mulheres que romperam com laços autoritários de dominação e, de diversas formas, contribuíram para transformar a história do Brasil. Essa narrativa particular das mulheres é de grande importância e merece ser contada e registrada pelo pensamento crítico, mesmo que isso ocorra em oposição a certos momentos da história da esquerda masculina brasileira.

O slogan do Movimento Feminista dos anos 1970, “Nosso corpo nos pertence”, destaca a questão da autonomia feminina em decidir sobre seus próprios corpos. Ele afirma que a vivência da sexualidade se expressa por meio do corpo, que não pode ser reduzido a um simples invólucro para a reprodução humana através da maternidade. Nesse contexto de repressão, o movimento feminista refletia a rebeldia das mulheres ao reconhecerem sua situação de subordinação e a falta de igualdade. Elas buscaram construir uma proposta ideológica que revertisse essa desigualdade e opressão. Para isso, era fundamental desenvolver uma prática política que negasse os mecanismos que impediam o surgimento de uma consciência autônoma, superando a exclusão das mulheres da vida pública e privada.

As mulheres feministas visam central a promoção do conhecimento e a eliminação das hierarquias sexuais, e a partir dessa base, se articulam com outras

vertentes do movimento de mulheres, unindo-se na luta por liberdade, democracia e justiça social. Pode-se afirmar, portanto, que a presença das mulheres na cena social brasileira nas últimas décadas da ditadura é inquestionável. Sua atuação na arena política começou a se consolidar durante o período da ditadura, a partir dos anos 1960, e foi um dos elementos que contribuíram para as mudanças no regime político. Além disso, as mulheres formaram a coluna vertebral de muitas organizações da sociedade civil e partidos políticos de oposição, que com sucesso desafiaram as regras autoritárias durante os anos 1970 e início dos anos 1980 (Alvarez, 1998).

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil avançou com a formação de inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões, dedicando-se a uma ampla gama de temas, como o debate e a luta pelo aborto, violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, saúde materno-infantil, combate ao racismo e questões de orientação sexual, entre outros. Muitas dessas organizações se aproximaram dos movimentos populares de mulheres presentes em bairros pobres e favelas, que lutavam por educação, saneamento, habitação e saúde. Esses movimentos eram fortemente influenciados pelas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica.

Outras mulheres, por sua vez, ampliaram sua militância no espaço partidário, desenvolvendo-se no campo do pensamento de esquerda. Nesse contexto, o feminismo enfrentava tensões com a própria esquerda, exigindo uma reflexão crítica sobre suas relações internas. Assim, é possível afirmar que a resistência política na luta específica das mulheres desafiou e continua a desafiar as organizações feministas nos partidos de esquerda. A construção de um programa estratégico que considere não apenas a questão da classe, mas também as relações patriarcais, a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, e aspectos de raça/etnia e participação feminina na política é crucial, ao ser parte integrante das lutas mais amplas por igualdade e liberdade.

[...] O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um paradoxo desafiador: enquanto lidava com as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua forte conexão com a luta contra a ditadura militar no Brasil, também era visto pelos integrantes dessa mesma luta como um desvio pequeno-burguês. (Pinto, 2003, p. 45).

Abordar essa questão requer uma compreensão da categoria patriarcado, reconhecendo-a como uma construção histórica que pode ser periodizada. Além disso, esse conceito é essencial para entender as relações de repressão dos homens

em relação às mulheres em diferentes sociedades e épocas. Segundo Saffioti (2004, p. 136), o patriarcado é um sistema de dominação anterior ao capitalismo e “[...] refere-se a milênios da história mais recente, período em que se estabeleceu uma hierarquia entre homens e mulheres, com a primazia masculina”.

No sistema capitalista, essa hierarquia é mantida e estruturada pela coexistência entre capitalismo, patriarcado e racismo, e se manifesta através da exploração e dominação das mulheres. Esses elementos se alteram em diferentes contextos de desenvolvimento do sistema, mas permanecem fundamentais para sua reprodução. Em relação às desigualdades entre homens e mulheres, eles contribuem diariamente para a opressão das mulheres na sociedade.

Para compreender os efeitos combinados dessas categorias sociais, Kergoat (2010) propõe o uso dos conceitos de consubstancialidade e coextensividade, de modo a envolver, de maneira não mecânica, as práticas sociais de homens e mulheres. As relações sociais de classe, patriarcais e raciais são consubstanciais; elas se entrelaçam de forma que não podem ser desfeitas no nível das práticas sociais, mas apenas analisadas sob uma perspectiva sociológica. Além disso, essas relações são coo extensivas, pois, ao se desenvolverem, reproduzem-se e coproduzem-se mutuamente. Safiotti (1987, p. 60) destaca que “[...] na realidade concreta, essas variáveis são inseparáveis, pois se transformaram, por meio desse processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado: patriarcado-racismo-capitalismo”.

Esse processo de exploração e dominação legitima a hierarquização masculina na sociedade, estabelecendo liberdade para os homens e submissão para as mulheres. Ao analisar esse sistema de poder masculino, é possível observar as múltiplas facetas da dominação, opressão e exploração que afetam as mulheres: econômica, política e sexual. Isso se evidenciou de maneira especialmente marcante durante o período da ditadura civil-militar, quando as mulheres enfrentaram várias violações.

Nesse contexto, a categoria patriarcado pode ser utilizada da mesma forma que foi pelo feminismo da década de 1970, ou seja, como uma indicação de uma formação social na qual os homens detêm o poder, ou, de maneira mais simples, o poder dos homens (Delphy, 2000, p. 141). Essa compreensão é crucial para analisar as intersecções de opressão que as mulheres enfrentam em diferentes esferas da vida.

É importante recordar a expressão crítica de Elizabeth Souza Lobo (1991), que afirma que “a classe operária tem dois sexos”, título de seu livro. Nessa obra, ela desenvolve uma crítica aos clássicos da teoria crítica e ao discurso sindical, que, segundo sua análise, pressupõem a existência de apenas um sexo como componente da classe trabalhadora. Contudo, é essencial ampliar a análise da autora, aplicando sua crítica não apenas ao discurso sindical, mas também às organizações políticas da esquerda, às profissões, à família, à igreja e aos partidos. Essa relação se mostra ainda muito contemporânea, uma vez que as diferenças e hierarquias entre mulheres e homens persistem em nossa sociedade, sustentadas pelo sistema patriarcal, racista e capitalista.

Isso implica que os processos históricos enfrentados pela classe trabalhadora nos quais homens e mulheres buscam a transformação radical das relações de opressão e lutam por liberdade e justiça devem incluir a luta contra o patriarcado como um modo de vida que subalterniza as mulheres. Em outras palavras, é fundamental adotar uma postura crítica em relação a um estilo de vida que supervaloriza o papel do homem, conferindo-lhe poder sobre a vida das mulheres.

Durante a ditadura civil-militar, os governos foram liderados por militares, refletindo uma estrutura que era essencialmente masculina. Nesse ambiente autoritário e machista, quando as mulheres apareciam, eram frequentemente tratadas como “objetos decorativos” em jornais e em eventos oficiais, como esposas e mães que apoiavam a figura patriarcal. A sociedade da época via a mulher como vinculada ao espaço doméstico, dedicada ao cuidado do lar, um estereótipo que ainda persiste, mesmo em setores da esquerda.

Essa concepção restrita da mulher à maternidade reforça a divisão sexual do trabalho, que penaliza as mulheres ao torná-las responsáveis pelo cuidado dos membros da família. Esse papel inviabiliza o trabalho doméstico não remunerado e perpetua as desigualdades sociais que afetam as mulheres.

Nesse contexto, é pertinente recorrer às contribuições de Safiotti (2004), uma referência importante nos estudos que interligam feminismo, patriarcado e capitalismo. No documentário *Um X na questão*, Heleieth Safiotti relata que o Estado brasileiro e seus órgãos de repressão viam as mulheres como tolas e incapazes de se engajar na luta política. Esse preconceito, curiosamente, permitiu que elas transitassem mais livremente na cena política, assumindo tarefas de transmissão de informações e desempenhando funções que os homens muitas vezes tinham dificuldade em realizar.

No entanto, isso não significou que seu papel se limitasse a tarefas domésticas como varrer o chão ou preparar café.

As mulheres estiveram ativas em todas as frentes da resistência. Muitas escolheram a luta armada, e, independentemente das escolhas ideológicas e políticas, empunharam armas e se lançaram na batalha. Outras, mesmo sem recorrer à violência, arriscaram suas vidas e as de seus filhos e maridos ao desenvolver suas próprias estratégias de luta. Infelizmente, muitas dessas mulheres não estão mais entre nós para compartilhar suas histórias. Ousadas demais, foram silenciadas (Merlino; Ojeda, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura civil-militar de 1964–1985 permanece um tema que ainda demanda uma análise mais aprofundada, tanto em relação ao seu contexto histórico quanto às suas repercussões na contemporaneidade. Este artigo pretendeu explorar um aspecto até recentemente silenciado, presente na memória subterrânea de algumas das protagonistas desse período traumático: a experiência das mulheres que resistiram à ditadura, enfrentando e sofrendo as múltiplas formas de violência perpetradas pelos agentes do Estado.

Um dos principais desafios desse estudo é evidenciar as formas de resistência vivenciadas por essas mulheres em um contexto de repressão extrema. O aparato político, policial e militar do regime exerceu um controle absoluto sobre os corpos, as mentes e as vidas das pessoas, com especial foco nas mulheres, cujas vivências de violência estatal se manifestaram em estupros, autoritarismo e graves violações de direitos humanos.

Durante o regime, as mulheres que se engajaram nas lutas de resistência não apenas foram vítimas da violência extrema do Estado, mas também enfrentaram o silenciamento de sua condição feminina no interior da militância política. Militantes de esquerda, além de combaterem a repressão, tiveram que lidar com o preconceito de gênero tanto no espaço público quanto no privado. A partir da década de 1970, uma mudança significativa ocorreu, particularmente com a organização das mulheres em exílio, influenciadas pelo feminismo europeu. Essas militantes buscaram construir uma proposta ideológica que desafiasse a desigualdade e a opressão masculina, bem como a eliminação das hierarquias sexuais.

Com a redemocratização nos anos 1980, o movimento feminista no Brasil avançou significativamente, culminando na formação de diversos grupos e coletivos em todo o território nacional. Esses grupos articulavam pautas sociais amplas, sem perder de vista suas bandeiras específicas voltadas para a emancipação das mulheres, igualdade de gênero e o enfrentamento da violência estrutural. Nesse contexto, a luta das mulheres continua a ser uma ação cotidiana, sustentada pela perspectiva de um futuro mais justo e igualitário.

A relevância deste estudo reside na capacidade de resgatar e valorizar as experiências de mulheres que, mesmo em meio à opressão, desempenharam papéis centrais na mudança social. Ao dar visibilidade a essas narrativas, este trabalho contribui para uma compreensão mais abrangente e nuançada da resistência feminina durante o período da ditadura, além de destacar as implicações dessa resistência nas lutas contemporâneas por igualdade e direitos. Essa análise não só ilumina o passado, mas também oferece lições valiosas para as lutas presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, S. Feminismos latino-americanos. *Revistas de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. 2, 1998.
- ALVES, M. E. R.; VIANA, R. (Org.). *Política para as mulheres em Fortaleza: desafios para as desigualdades*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008.
- ÁVILA, M. B. Feminismos, pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. In: TEIXEIRA, M.; ALVES, M. E. R. (Org.). *Feminismo, gênero e sexualidade: desafios para o Serviço Social*. Brasília: Editorial Abaré, 2015.
- CAMURÇA, S. Nós Mulheres e nossa experiência comum. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano I, dez. 2007.
- BELTRÁN, E. *et al. Feminismos: debates teóricos contemporâneos*. Madrid: Alianza Editorial, 2
- CARVALHO, L. M. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1992.
- CISNE, M. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.
- COLLING, A. M. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.
- DELPHY, C. Teorias do patriarcado. In: HIRATA, H. *et al.* (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- FARIA, N.; NOBRE, M. N. (Org.). *O trabalho das mulheres: tendências contraditórias*. São Paulo: SOF, 2014.
- GOLDENBERG, M. Mulheres e militantes. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 5, n. 2, 1997.

GURGEL, T. O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade. *Cadernos da Crítica Feminista*, ano V, n. 4, dez. 2011.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). [2020]. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 10 out. 2013.

KERGOAT, D. Dinâmica da consubstancialidade das relações sociais. *Revista Novos Estudos*, n. 86, mar. 2010.

LEITE, R. de S. C. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./ jun. 2003.

MERLINO, T.; OJEDA, I. (Org.). *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINTO, C. R. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.